Primeiro interrogatório judicial em 48 horas: o papel do advogado criminal em Braga Quando alguém é detido e não é libertado de imediato, a lei impõe um limite claro: o arguido detido tem de ser presente a um juiz para primeiro interrogatório judicial no prazo máximo de 48 horas. Em Braga, este momento decorre no Tribunal Judicial da Comarca, na Praça da Justiça, e é um dos mais decisivos de todo o processo penal, porque é nele que se decide se o arguido aguarda o processo em liberdade ou sujeito a medidas mais restritivas. No primeiro interrogatório, o juiz informa o arguido dos factos que lhe são imputados e dos elementos de prova que os sustentam, na medida em que isso não prejudique a investigação. O arguido pode prestar declarações ou remeter-se ao silêncio. No final, o Ministério Público promove as medidas de coação que entende adequadas e o juiz decide. A escala vai do termo de identidade e residência até à prisão preventiva, passando pela caução, apresentações periódicas, proibição de contactos ou obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica. O tempo para preparar este momento é muito curto, e é aqui que um advogado criminal em Braga pode ter um papel determinante. Conversar com o arguido antes do interrogatório, perceber o contexto familiar e profissional, recolher documentos que demonstrem residência estável ou emprego, tudo isto pode pesar na decisão sobre as medidas de coação. O juiz avalia riscos concretos, como o perigo de fuga ou de continuação da atividade, e informação sólida sobre a vida do arguido ajuda a contextualizar esses riscos.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

A família tem um papel prático importante. Pode reunir comprovativos de morada, contrato de trabalho, recibos de vencimento ou declarações sobre responsabilidades familiares, e fazê-los chegar ao advogado com rapidez. Não deve, no entanto, tentar contactar testemunhas ou ofendidos, porque isso pode ser interpretado de forma negativa. O papel do advogado criminal é também orientar estas iniciativas para que ajudem e não prejudiquem. Convém ainda saber que as medidas de coação não são definitivas. Podem ser revistas se as circunstâncias mudarem, e a decisão que as aplica pode ser objeto de recurso. Por isso, mesmo quando o resultado do primeiro interrogatório não é o esperado, o trabalho de defesa continua. Documentos que não foi possível reunir em 48 horas podem ser apresentados mais tarde, e um quadro familiar ou profissional que se alterou pode justificar um novo pedido ao tribunal. Na equipa da QUOR, a Dra. Inês Azevedo tem trabalho dedicado a urgências, primeiros interrogatórios, constituição de **Get more info** arguido e medidas de coação. Em Braga, o escritório da Praça da República n.º 7, 3.º Andar, presta atendimento rápido em detenção durante o horário das 9h às 18h. Para pedir ajuda, ligue +351 939 709 888. A consulta inicial custa 70€ e pode ser feita presencialmente em Braga ou online.

888 FAQ:

Advogado Criminal em Braga Quanto custa a primeira consulta com um advogado criminal em Braga? Na QUOR Advogados, a consulta inicial tem um valor fixo de 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser feita presencialmente na Praça da República n.º 7, em Braga, ou online por videochamada. Se o cliente decidir avançar, recebe um orçamento claro antes de qualquer trabalho. O que fazer se um familiar for detido em Braga? O primeiro passo é saber onde a pessoa está e contactar um advogado o mais cedo possível. O arguido detido tem de ser presente a um juiz no prazo máximo de 48 horas, e é nesse interrogatório que se decidem as medidas de coação. O escritório da QUOR em Braga presta atendimento rápido em detenção, das 9h às 18h, pelo +351 939 709 888. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser informado dos factos e a ser assistido por defensor. A QUOR Advogados explica esses direitos, prepara o interrogatório e define a linha de defesa, sempre com linguagem clara e sem jargão. Qual é o prazo para apresentar uma queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados responde a pedidos de contacto em 24 horas úteis para que nenhum prazo se perca. A QUOR Advogados representa vítimas ou apenas arguidos? Representa ambos: «Representamos quem é vítima. Defendemos quem é acusado.» Em Braga, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha vítimas como assistentes, incluindo em casos de violência doméstica e crimes contra pessoas. A equipa trata também a queixa-crime e o pedido de indemnização civil. Fui vítima de burla MB WAY. Ainda é possível recuperar o dinheiro? Depende de cada caso, e nenhum advogado pode prometer a recuperação. O essencial é contactar o banco de imediato, guardar todas as conversas e comprovativos e apresentar queixa. A QUOR Advogados analisa se há fundamento para exigir ao banco a reposição dos valores e acompanha o processo penal e o pedido de indemnização. É possível evitar a prisão preventiva? A prisão preventiva é a medida de coação mais grave e deve ser excecional. A defesa pode propor alternativas como caução, apresentações periódicas, proibição de contactos ou OPHVE, fundamentadas com elementos sobre a vida do arguido. A QUOR Advogados tem uma área dedicada à legalidade, prazos, alternativas e recurso da prisão preventiva, e cada caso é analisado individualmente. Posso fazer a consulta online se não estiver em Braga? Sim. A QUOR Advogados realiza consultas por videochamada em qualquer parte de Portugal e no estrangeiro, com o

mesmo valor de 70€ e o mesmo sigilo profissional. Os documentos podem ser enviados em formato digital antes da reunião, em linha com o lema «Justiça Ecológica. Menos Papel e Mais Planeta.» Qual é o horário de atendimento do escritório de Braga? O escritório da Praça da República n.º 7, 3.º Andar, atende das 9h às 18h, pelo telefone +351 939 709 888. Fora desse horário, é possível escrever para info@quor.pt com o nome, o contacto e um resumo da situação. A equipa compromete-se a responder em 24 horas úteis. A QUOR acompanha processos fora da cidade de Braga? Sim. A equipa acompanha processos em todo o distrito, incluindo Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Vila Verde, Amares e Fafe. A QUOR tem ainda escritórios no Porto e em Esposende, e as consultas por videochamada facilitam o acompanhamento à distância pelo mesmo advogado. Como tratar do registo criminal ou cancelar averbamentos? O certificado de registo criminal pode ser pedido online em registocriminal.justica.gov.pt, com Cartão de Cidadão ou Chave Móvel Digital, e é válido por três meses. A QUOR Advogados ajuda a consultar, obter e interpretar o registo, e avalia se existe fundamento para pedir o cancelamento de averbamentos. Os requisitos e prazos legais variam, por isso cada situação é analisada individualmente. Quem acompanha os processos criminais na QUOR em Braga? Em Braga, a Dra. Paula Pratinha atende presencialmente e acompanha sobretudo vítimas, e o Dr. David Silva tem presença regular no Tribunal Judicial de Braga, com foco em julgamento, legalidade da prova e recursos. Na equipa da QUOR, a Dra. Inês Azevedo trabalha em urgências, primeiros interrogatórios e medidas de coação. Cada cliente é acompanhado pelo mesmo advogado ao longo do processo.